

STF bate martelo e concede revisão nas aposentadorias entre 1988 a 1991

Da Reportagem
DE SANTOS

O Supremo Tribunal Federal bateu o martelo e garantiu a revisão do período denominado 'Buraco Negro' nas aposentadorias do INSS. A decisão permite um reajuste nas aposentadorias, além de garantir um dinheiro extra em atrasados.

Aposentados que tiveram o benefício limitado ao teto do INSS entre 1988 e 2003 foram prejudicados porque sua média salarial ultrapassava o teto válido no ano em que o benefício foi concedido ou revisado pelo INSS.

Esse direito concedido pelo STF, existe porque naquele período, o governo aplicou aumentos maiores no teto do INSS, que não foram repassados para quem estava aposentado. Em

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 08/02/2017



MATHEUS TAGÉ/DIÁRIO DO LITORAL

» Além do reajuste nos benefícios, aposentados do INSS também vão receber os valores atrasados

tese, quem se aposentou entre 5 de abril de 1991 e 31 de dezembro de 2003 recebeu correção automaticamente.

Na oportunidade, o INSS foi obrigado pela justiça a revisar os benefícios que haviam sido limitados ao teto, mas excluiu os que se aposentaram entre 5 de outubro de 1988 e 4 de abril

de 1991.

Essa lacuna de tempo foi denominado de "buraco negro" e mobilizou milhares de aposentados em todo País que recorreram à justiça. Após uma longa batalha judicial, o caso foi levado ao Supremo que só agora encerrou o julgamento ocorrido de forma virtual dando ganho de causa

aos aposentados.

Esse erro do INSS mobilizou milhares de aposentados em todo País que recorreram à justiça numa verdadeira batalha judicial pleiteando o reconhecimento à revisão de seus benefícios.

No STF. Em sua decisão o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou jurisprudência no sentido de que os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedidos entre 5 de outubro de 1988 e 5 de abril de 1991, o chamado "buraco negro", não estão, em tese, excluídos da possibilidade de reajuste segundo os tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais (ECs) 20/1998 e 41/2003.

Ainda segundo a decisão, tomada pelo Plenário Virtual no Recurso Extraordinário 937595.

Texto da Previdência pode melhorar, diz indicado para presidir comissão

O deputado indicado para presidir a comissão especial que analisará a proposta de reforma da Previdência, Carlos Marun (PMDB-MS), afirmou nesta terça-feira (7) que o texto do governo "pode ser aprimorado", mas defendeu a idade mínima de 65 anos para aposentadoria como regra geral.

"Eu não tenho, a princípio, antipatia com idade de 65 anos. Talvez possamos analisar alguns setores, alguns segmentos, em que a força física seja mais necessária para exercício da profissão ou expectativa de vida daquele tipo de atividade seja menor que a média", disse.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 08/02/2017

Transmissora de energia Cteep tem diretoria reeleita até 2020

SÃO PAULO (Reuters) - A transmissora de eletricidade Cteep, controlada pelo grupo colombiano ISA, teve aprovada a reeleição de sua diretoria em reunião do Conselho de Administração, segundo ata divulgada nesta terça-feira. O presidente da companhia, Reynaldo Passanezi Filho, continuará no cargo até fevereiro de 2020, assim como os diretores técnico, de projetos, financeiro e de relações com investidores e de relações institucionais, segundo a decisão dos conselheiros na reunião, realizada em 31 de janeiro.

Fonte: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2017/02/07/transmissora-de-energia-ctEEP-tem-diretoria-reeleita-ate-2020.htm>

Comitiva do Ministério do Trabalho participa de missão sobre trabalho decente no Peru

Um grupo de três técnicos do Ministério do Trabalho estará na cidade de Lima, no Peru, até a próxima sexta-feira (10). Eles integram a delegação brasileira do Projeto de Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente em Países Produtores de Algodão na África e América Latina. Também fazem parte da delegação representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho, João Paulo Ferreira Machado, explica que essa é uma viagem de estudo. A intenção é conhecer a realidade local e visitar lugares para que haja troca de experiências entre os países. "Apresentaremos o que temos aqui para vermos como nossa realidade pode contribuir com a deles. Falaremos sobre como a inspeção do trabalho se organiza no Brasil e sobre o combate ao trabalho infantil", disse. Essa é a quarta viagem da comitiva, que já esteve no Paraguai, em Mali e na Tanzânia, e, em março, deve visitar Moçambique. No Peru, os técnicos puderam verificar que a demanda gira em torno da saúde e segurança do trabalho, especialmente no que se refere ao uso de agrotóxicos. Lá também há a necessidade de combater o trabalho infantil e desenvolver um programa de qualificação para inserção de jovens no mercado de trabalho.

O projeto - É uma parceria entre o governo brasileiro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Ele foi assinado em 2015 com o objetivo de contribuir para a promoção do trabalho decente com ênfase nos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho e a melhoria das condições de trabalho em países em desenvolvimento produtores de algodão. A cooperação Sul-Sul - É a modalidade de cooperação técnica internacional entre países em desenvolvimento que compartilham desafios e experiências semelhantes. Na última década, o Brasil investiu esforços e recursos em programas voltados a países da América Latina e Caribe, África e Ásia, por meio da Agência Brasileira de Cooperação.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4241>

DEPOIS DA CRISE - Água: Sabesp aumenta desperdício, enquanto população economiza

São Paulo – Segundo dados divulgados pela própria Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), enquanto a população economizou 29% da água tratada, em 2016, a Sabesp registrou desperdícios de 31,8%, registrando aumento em relação ao ano anterior, quando as perdas atingiram 30,6%. Marcada pelos efeitos da crise hídrica que assolou o estado de São Paulo entre 2014 e 2015, que combinou falta de planejamento pelo governo de Geraldo Alckmin com alterações climáticas, a população mudou hábitos e reduziu o consumo. Há dois anos, o gasto médio diário por habitante era de 169 litros e caiu para 120 litros, em 2016. "A população está fazendo a sua parte, está economizando. Percebeu isso com essa última crise. Falta a Sabesp e o governo do estado, o poder público, fazerem a sua parte também", afirma Ricardo Guterman, membro do coletivo Luta pela Água, em entrevista ao repórter Paulo Castilho, para o Seu Jornal, da TVT.

"Os índices de perda de água são superiores aos que havia em 2012. Numa entrevista recente, o presidente da Sabesp, Jerson Kelman, reconheceu que eles pararam todas as atividades relativas ao controle de perdas", ressalta Guterman. Segundo ele, isso se dá porque a Sabesp gerencia a água como uma mercadoria, e não como um bem público de direito universal, com vistas a garantir lucros para os acionistas da empresa, que tem 49,7% de suas ações nas mãos de investidores.

Leia mais em: <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/02/agua-sabesp-aumenta-desperdicio-enquanto-populacao-economiza>